

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A análise económico-financeira apresentada sintetiza e analisa os resultados obtidos pelo Município de Ílhavo, reportados a 31 de dezembro de 2013.

A atividade de um Município reveste-se de aspetos muito específicos, que em vários aspetos se diferenciam de uma qualquer empresa, sem prejuízo de uma despublicização que se tem verificado nos últimos anos e que se vai reforçar nos próximos anos, estando o enfoque, hoje, mais direcionado para os resultados de determinada atividade do que na Entidade que o realiza (pública/privada). De facto, enquanto estas últimas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços, com o objetivo de maximizar o seu lucro, importante parte da atividade dos Municípios está focada, não na produção de bens ou serviços, mas sim na satisfação das necessidades dos munícipes e desta forma contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Importa referir desde já, para melhor análise deste ano de 2013, que o mesmo contém um elemento que o diferencia de todos os anteriores e que consequentemente implica algum cuidado na respetiva análise que procurámos ter mas que se pede aos leitores mais familiarizados com estas temáticas, que nos acompanhem nessa preocupação.

Referimo-nos a que pela primeira vez e depois de um esforço enorme de técnicos que trabalham nesta Câmara se concluiu a atualização da inventariação do património municipal daqui resultando a Prestação de Contas deste ano inclui já as denominadas amortizações do exercício.

Apuraram-se também as amortizações acumuladas desde 2002, ano da aplicação do POCAL (Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais).

Finalmente este trabalho não estaria concluído se não concretizássemos a transferência quer para as contas de capital próprio (anos de 2002 a 2012) quer para a conta de Proveitos Extraordinários – Subsídios para investimento (ano de 2013), do valor das comparticipações comunitárias das obras comparticipadas, numa proporção idêntica à da amortização anual de

modo a anualizar quer o custo da amortização quer o proveito do financiamento, tudo a fim de dar cumprimento ao princípio da especialização do acréscimo.

Feita este intróito um pouco técnico mas necessário abordemos então a análise económico financeira de 2013, que para melhor eficácia fizemos comparar com os valores de 2012.

O exercício de 2013 encontra-se com duas colunas, uma na qual constam os valores de balanço e outra onde constam os valores de balanço expurgadas das regularizações efetuadas por força da integração dos valores da atualização do valor de património.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

ATIVO

Descrição	2013		%	2012	%
	Valores do balanço	s/ regularizações			
ATIVO FIXO					
Bens de Domínio Público	49.757.782,79 €	53.090.909,99 €	26,38	52.215.241,66 €	25,97
Imobilizado Incorpóreo	63.486,56 €	132.923,14 €	0,07	58.726,56 €	0,03
Imobilizado Corpóreo	101.046.183,44 €	138.126.085,46 €	68,63	136.441.474,50 €	67,86
Investimentos Financeiros	3.609.414,74 €	3.609.414,74 €	1,79	3.402.389,74 €	1,69
Total Ativo Fixo	154.476.867,53 €	194.959.333,33 €	96,87	192.117.832,46 €	95,55
ATIVO CIRCULANTE					
Existências	241.998,88 €	241.998,88 €	0,12	278.806,46 €	0,14
Dívidas de Terceiros	2.681.527,69 €	2.681.527,69 €	1,33	4.383.376,63 €	2,18
Disponibilidades	3.023.406,99 €	3.023.406,99 €	1,50	3.911.195,31 €	1,95
Total Ativo Circulante	5.946.933,56 €	5.946.933,56 €	2,95	8.573.378,40 €	4,26
Acréscimos de Proveitos	351.726,81 €	351.726,81 €	0,17	344.588,72 €	0,17
Custos Diferidos	2.604,54 €	2.604,54 €	0,00	27.614,90 €	0,01
TOTAL DO ATIVO	160.778.132,44 €	201.260.598,24 €	100,00	201.063.414,48 €	100,00

Estrutura do Ativo

Imobilizado

O investimento continuado nos diversos objetivos e programas preconizados pelo Município e espelhados no Plano Plurianual de Investimento continuam, apesar da crise económico financeira que o País atravessa e da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso a espelhar uma boa capacidade de investimento do Município.

O ativo fixo corresponde a 96,87% do total do ativo, quando no ano de 2012 era de 95,55%, correspondendo ainda a um aumento no total do ativo fixo em 1,48% relativamente ao exercício anterior.

O investimento total em 2013, apesar de todas as dificuldades foi de 2.841.500,87€.

O valor de investimento financeiro 469.525,00€, subscrito mas ainda não realizado.

O valor do ativo fixo em balanço é de 154.476.867,53€ já corrigido das amortizações acumuladas e de regularizações efectuadas pela atualização da inventariação do património.

Dívidas de terceiros

O valor da rubrica dívidas de terceiros contabilizadas no final de 2013 sofreu um decréscimo de 1.701.848,94€ relativamente a 2012, cifrando-se em 2.681.527,69€, em parte fruto do recebimento da última tranche do financiamento PAEL, e de uma política de investimentos e gastos mais consentânea com os tempos que correm.

Nesta rubrica estão considerados valores como o de “clientes a receber”, designadamente RSU – Resíduos Sólidos Urbanos, bem como dívidas de outras entidades com contrato estabelecido, como sejam:

- Fundos comunitários submetidos: 804.665,67€;
- Ministério da Cultura / IPLB (Biblioteca Municipal): 43.337,20€;
- SIMRIA (faturação de caudais contratuais – reais): 1.232.172,19€;

Disponibilidades

Quanto às disponibilidades (operações orçamentais e não orçamentais), estas representam um saldo de 3.023.406,99€. Desta forma e estabelecendo um paralelismo com o exercício de 2012 nota-se um ligeiro decréscimo percentual.

É importante, no entanto, frisar que neste montante está uma verba aproximada de 1,4 M€ da retribuição AdRA, recebida a 13 de dezembro o que não possibilitou a sua utilização ainda em 2013.

Acréscimos e Diferimentos

Verifica-se que os mesmos representam 0,17% do ativo no ano de 2013, mencionado nas rubricas de acréscimos de proveitos e de custos diferidos.

Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO					
Descrição	2013		%	2012	%
	Valores do balanço	s/ regularizações			
PATRIMÓNIO, RESERVAS E RESULTADOS					
Total dos Fundos Próprios	90.932.334,38 €	128.619.307,60 €	63,91	120.967.802,38 €	60,16
PASSIVO					
Dívidas a Terceiros - M/L Prazo	18.511.079,91 €	18.511.079,91 €	9,20	19.429.566,26 €	9,66
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	4.667.358,03 €	4.667.358,03 €	2,32	10.110.517,05 €	5,03
Acréscimos de Custos	600.716,14 €	600.716,14 €	0,30	603.383,88 €	0,30
Proveitos Diferidos	46.066.643,98 €	48.862.136,56 €	24,28	49.952.144,91 €	24,84
Total do Passivo	69.845.798,06 €	72.641.290,64 €	36,09	80.095.612,10 €	39,84
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	160.778.132,44 €	201.260.598,24 €	100,00	201.063.414,48 €	100,00

Fundos Próprios

Dado que o ano de 2013 foi o ano da concretização da atualização do património contabilístico do Município as contas de fundos próprios foram sujeitas a várias regularizações, designadamente relacionadas com a contabilização das amortizações acumuladas até 2012 e com a contabilização das transferências de fundos comunitários das obras co-financiadas, também até 2012.

Por este motivo entendeu-se comparar apenas o total dos fundos próprios e não as suas rubricas dado que não permitiam uma comparação individual.

No final do exercício de 2013, o saldo dos fundos próprios do Município era de 128.619.307,60€, correspondendo a uma variação positiva de 7.651.505,22€, ou seja 6,33%, face ao exercício de 2012.

Com as contabilizações e regularizações dos anos de 2002 a 2012 efectuadas o saldo real dos fundos próprios e que vai prevalecer para o futuro é de 90.932.334,38€.

Dívidas a terceiros M/L Prazo

Verificou-se uma diminuição nas dívidas de médio/longo prazo, em 4,73%, que se regista dado o recebimento da segunda tranche do empréstimo PAEL no decorrer do mês de agosto de 2013, no montante de 1.427.268,68€.

Por conseguinte, esta análise deve ser comparada com a evolução, para menos do agrupamento de Dívidas a terceiros a curto prazo (Cfr. Nota 8.2.2 do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados) bem como com a análise à rubrica seguinte.

Acrescenta-se ainda que o Município de Ílhavo continua a cumprir, sem falhas, o pagamento dos juros e amortizações do capital dos seus empréstimos bancários.

Dívidas a terceiros Curto Prazo

Nesta rubrica assistimos à redução de 5.443.159,02€, parte explicado pelo pagamentos remanescentes do PAEL (2,5M€) e o restante justificado pela capacidade da Câmara Municipal reduzir as dívidas por receitas próprias, bem como por uma menor assunção de compromissos com terceiros.

Acréscimos e Diferimentos

Verifica-se que os mesmos representam 24,58% dos fundos próprios e passivo no ano de 2013, evidenciado nas rubricas de acréscimos de custos e de proveitos diferidos. A diminuição de 49.952.144,9€ em 2012 para 46.066.643,98€ em 2013, registado na rubrica dos proveitos diferidos deriva, quase exclusivamente no tratamento contabilístico dado à transferência para a conta de proveitos extraordinários – subsídios para investimento da quota-parte anual do período de 2002 a 2013 dos financiamentos comunitários recebidos.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Proveitos

Quadro dos Proveitos

Descrição	2013	%	2012	%
Vendas e Prestações de Serviços	2.623.203,65 €	12,93	2.664.448,01 €	14,67
Impostos e Taxas	8.785.060,86 €	43,29	7.163.492,31 €	39,43
Variação da Produção	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
Proveitos Suplementares	29.122,09 €	0,14	44.422,30 €	0,24
Transferências e Subsídios Obtidos	6.470.652,09 €	31,89	6.987.728,09 €	38,47
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	35.186,76 €	0,17	19.983,62 €	0,11
Proveitos e Ganhos Financeiros	805.125,11 €	3,97	388.194,56 €	2,14
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.544.317,40 €	7,61	897.322,08 €	4,94
Total de Proveitos	20.292.667,96 €	100,00	18.165.590,97 €	100,00

As rubricas mais significativas na estrutura dos proveitos são as de “*Impostos e taxas*” e “*Transferências e subsídios obtidos*” que representam respetivamente, 43,29% e 31,89%. O peso da primeira das rubricas, em termos de valor, registou um aumento relativamente ao exercício anterior, salientando-se aqui o acréscimo verificado nas rubricas do imposto municipal s/ imóveis e do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis que passaram de 4.694.886,92€ e 897.895,95€, em 2012, para 5.792.106,84€ e 1.244.336,92€ em 2013, respetivamente.

Na segunda rubrica verificou-se uma diminuição no montante de 517.076,00€ relacionada com a devolução das competências ao Ministério da Educação da gestão do pessoal não docente (em 2012 foram recebidos 903.034,62€), e que se não fosse este facto teria havido um leve aumento.

Na rubrica “*Vendas e Prestações de Serviços*” notou-se em 2013 um insignificante decréscimo de 41.244,36€, comparativamente com o exercício anterior.

Na rubrica de “*Proveitos e Ganhos Financeiros*” o aumento verificado justifica-se em parte pela distribuição de dividendos das entidades AdRA, ERSUC e SIMRIA, no montante de 355.445,49€

Regista-se um acréscimo na rubrica de “*Proveitos e ganhos extraordinários*”, essencialmente resultado da transferência de valores para a sub conta “*Transferências de Capital – Subsídios*

para investimentos” relativos ao financiamento recebidos ao longo dos anos, e que agora se regularizou com a atualização do património, “compensando” assim os custos das amortizações do exercício do património.

Em termos absolutos, verificou-se um aumento de 2.127.076,99€, nos proveitos relativamente ao exercício de 2012, correspondendo a um acréscimo de 11,71%,

Custos

Quadro dos Custos

Descrição	2013	%	2012	%
CMVMC	6.672,76 €	0,04	7.130,70 €	0,05
Fornecimentos e Serviços Externos	7.433.629,44 €	41,93	7.357.826,45 €	50,08
Custos com o Pessoal	4.613.032,56 €	26,02	5.151.002,51 €	35,06
Transf. e Subsídios Concedidos e Prestações Sociais	266.823,10 €	1,50	270.520,32 €	1,84
Amortizações do Exercício	3.954.676,29 €	22,30	0,00 €	0,00
Provisões do Exercício	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00
Outros Custos e Perdas Operacionais	99.052,77 €	0,56	92.172,74 €	0,63
Custos e Perdas Financeiras	384.588,15 €	2,17	1.028.677,89 €	7,00
Custos e Perdas Extraordinárias	972.292,33 €	5,48	783.702,14 €	5,33
Total de Custos	17.730.767,40 €	100,00	14.691.032,75 €	100,00

As rubricas mais preponderantes na estrutura de custos, são os “*Fornecimentos e serviços externos*” e os “*Custos com o pessoal*”, que representam 41,93% e 26,02%, respetivamente, percentagens que denotam uma forte diminuição relativamente às verificadas em 2012, mas essencialmente explicado pelo facto de pela primeira vez se considerarem um valor nas amortizações do exercício e que por este motivo deturpa a análise.

Na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*” embora a percentagem seja inferior o valor absoluto é muito semelhante o que pode vir a demonstrar que será esse o valor mínimo para a gestão corrente da Câmara Municipal.

Nos custos com o pessoal a descida é bastante significativa, menos 0,5M€, explicado quase essencialmente pela devolução das competências ao Ministério da Educação da gestão do pessoal não docente e consequente “saída” do pessoal não docente.

Nota-se uma descida bastante acentuada na rubrica “*Custos e perdas financeiros*” justificada em parte pela diminuição do débito de juros de mora por parte dos fornecedores em consequência da redução da dívida a terceiros.

Na rubrica de “*Custos e perdas extraordinárias*” regista-se um acréscimo de 188.590,19€, explicado pelo aumento em cerca de 230.000,00€ do montante de subsídios entregues a instituições particulares.

Em suma verificou-se um aumento nos custos relativamente ao exercício de 2012 no montante de 3.039.734,65€, correspondendo a um acréscimo percentual de 20,69%.

Porém, se ao valor total dos custos de 2013 fosse deduzido o montante das amortizações do exercício, facilmente se concluiria que o Município teve a capacidade de reduzir os seus custos comparativamente com o exercício de 2012, com a importante contribuição da rubrica de custos financeiros.

Resultados

Resultados Operacionais

Descrição	2013	2012	Varição
Proveitos Operacionais			
Vendas e Prestações de Serviços	2.623.203,65 €	2.664.448,01 €	-41.244,36 €
Impostos e Taxas	8.785.060,86 €	7.163.492,31 €	1.621.568,55 €
Proveitos Suplementares	29.122,09 €	44.422,30 €	-15.300,21 €
Transferências e Subsídios Obtidos	6.470.652,09 €	6.987.728,09 €	-517.076,00 €
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	35.186,76 €	19.983,62 €	15.203,14 €
Sub-total	17.943.225,45 €	16.880.074,33 €	1.063.151,12 €
Custos Operacionais			
CMVMC	6.672,76 €	7.130,70 €	-457,94 €
Fornecimentos e Serviços Externos	7.433.629,44 €	7.357.826,45 €	75.802,99 €
Custos com o Pessoal	4.613.032,56 €	5.151.002,51 €	-537.969,95 €
Transf. e Subsídios Concedidos e Prestações Sociais	266.823,10 €	270.520,32 €	-3.697,22 €
Amortizações do Exercício	3.954.676,29 €	0,00 €	3.954.676,29 €
Provisões do Exercício	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros Custos e Perdas Operacionais	99.052,77 €	92.172,74 €	6.880,03 €
Sub-total	16.373.886,92 €	12.878.652,72 €	3.495.234,20 €
Resultados Operacionais	1.569.338,53 €	4.001.421,61 €	-2.432.083,08 €

A análise do quadro dos resultados operacionais, permite-nos concluir que as operações resultantes da atividade normal do Município, pese embora a diminuição da atividade económica traduziram um aumento do valor de resultados operacionais em aproximadamente 1,5M€, justificado quer pelo recebimento para mais do IMI e IMT, conforme referido anteriormente quer pela manutenção/pequena redução dos custos de estrutura.

No entanto, chama-se a atenção que considerando o valor das amortizações do exercício o resultado operacional foi de 1,5M€, valor semelhante ao aumento verificado no IMI e IMT, conforme já referido.

Resultados Financeiros

Descrição	2013	2012	Variação
Proveitos e Ganhos Financeiros	805.125,11 €	388.194,56 €	416.930,55 €
Custos e Perdas Financeiras	384.588,15 €	1.028.677,89 €	-644.089,74 €
Resultados Financeiros	420.536,96 €	-640.483,33 €	1.061.020,29 €

Notou-se um acréscimo em valores absolutos mas já explicados acima pela distribuição de dividendos por parte da AdRA, ERSUC e SIMRIA. Salienta-se também uma diminuição no débito de juros de mora durante o exercício de 2013 em aproximadamente 400.000€ do que o ocorrido em 2012, resultado do cumprimento dos prazos estabelecidos pelos fornecedores para liquidação dos seus documentos.

Resultados Extraordinários

Descrição	2013	2012	Variação
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.544.317,40 €	897.322,08 €	646.995,32 €
Custos e Perdas Extraordinárias	972.292,33 €	783.702,14 €	188.590,19 €
Resultados Extraordinários	572.025,07 €	113.619,94 €	458.405,13 €

Na análise efetuada aos resultados extraordinários, fica demonstrado um acréscimo relativamente ao exercício anterior, apresentando uma variação positiva de 458.405,13€, cuja explicação foi transmitida anteriormente, designadamente com a contabilização em proveitos extraordinários da quota parte anual do co-financiamento comunitário, procedimento aplicado pela primeira vez, este ano, e que terá continuidade no futuro, indo assim de encontro ao estabelecido no POCAL

Quadro dos Resultados

Descrição	2013	2012	Variação
Resultados Operacionais	1.569.338,53 €	4.001.421,61 €	-2.432.083,08 €
Resultados Financeiros	420.536,96 €	-640.483,33 €	1.061.020,29 €
Resultados Correntes	1.989.875,49 €	3.360.938,28 €	-1.371.062,79 €
Resultados Extraordinários	572.025,07 €	113.619,94 €	458.405,13 €
Resultado Líquido do Exercício	2.561.900,56 €	3.474.558,22 €	-912.657,66 €

Quadro dos Resultados / sem regularizações patrimoniais

Descrição	2013	2012	Variação
Resultados Operacionais	5.524.014,82 €	4.001.421,61 €	1.522.593,21 €
Resultados Financeiros	420.536,96 €	-640.483,33 €	1.061.020,29 €
Resultados Correntes	5.944.551,78 €	3.360.938,28 €	2.583.613,50 €
Resultados Extraordinários	66.766,45 €	113.619,94 €	-46.853,49 €
Resultado Líquido do Exercício	6.011.318,23 €	3.474.558,22 €	2.536.760,01 €

Relativamente aos resultados correntes, obtidos pela soma algébrica dos resultados operacionais com os resultados financeiros, estes cifram-se no montante de 1.989.875,49€, contra 3.360.938,28€ em 2012, embora mais uma vez se refira o valor de 4M€ de amortizações que reduzem em igual montante os resultados correntes de 2013. Caso contrário os resultados correntes seriam de aproximadamente 6M€, em 2013.

O Município de Ílhavo encerrou as suas contas referente ao exercício económico de 2013 com um resultado líquido de 2.561.900,56€, o que é de salientar num ano particularmente difícil, na senda dos anteriores, com redução da atividade económica mas que demonstra que as medidas que têm sido tomadas para a redução de custos, se traduziram em sucesso, mais ainda se conjugarmos com o bom investimento realizado, mais de 2,8M€, com a manutenção da maioria dos eventos municipais já tradicionais e de toda a atividade normal de um Município.

De salientar que, caso não se procedesse à contabilização das amortizações do exercício e dos montantes dos subsídios ao investimento, cujos procedimentos não ocorreram em exercícios anteriores, verificar-se-ia um resultado líquido aproximado de 6M€, ou seja, superior em cerca de 3.5M€ comparativamente com o ano de 2012.

Rácios

Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo Total)

Este rácio indica a capacidade para solver os compromissos de carácter financeiro.

Tomando por base os valores, sem considerarmos o efeito da regularização da atualização do património, o valor indicado por este rácio é de 1,77 (1,51 em 2012) ou seja, o valor do património é suficiente para cobrir todas as dívidas do Município, tendo até aumentado.

Se forem considerados os valores de balanço, já influenciados pelas operações relacionadas com a atualização do património, o indicador seria de 1,30.

Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Ativo Líquido)

O rácio de autonomia financeira expressa a participação do capital próprio no financiamento do município. Neste caso o rácio apresenta um valor de 0,64% (0,60% em 2012) o que significa que este Município apresenta e mantém um bom grau de autonomia financeira, até porque em 2011 o resultado foi de 0,61%.

Se forem considerados os valores de balanço, isto é, após regularizações de património, então a percentagem seria de 0,57%.

Os valores obtidos nos rácios apresentados demonstram que o Município tem capacidade de satisfazer os seus compromissos financeiros de longo prazo.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, facilmente se conclui que este Município possui uma boa robustez financeira, destacando-se o excelente relacionamento com os fornecedores que permite uma gestão de tesouraria muito equilibrada.

A operação realizada com a adesão ao PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, cuja 2.^a e última tranche recebida em agosto, mostrou-se um sucesso, permitindo o cumprimento do objetivo da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, pagando aos fornecedores atempadamente e os empréstimos na data acordada, mantendo-se a política que tem sido seguida numa maior seletividade do investimento e numa política de manutenção de custos, adaptando-se assim o Município a uma nova lógica de gestão, mais comedida designadamente nos investimentos.

Destaca-se ainda que pelas nossas contas, o Município de Ílhavo não ultrapassará o limite de endividamento líquido, ultrapassando o endividamento de médio e longo prazo, por força da operação PAEL e manter-se-á longe do novo limite legal de dívida total previsto na nova lei das finanças locais que entrou em vigor a 01 de janeiro de 2014.

Finalmente o Município não recorreu a nenhum financiamento bancário de curto prazo.